



INSTITUTO
**OBSERVATÓRI
SOCIAL**

PELA GLOBALIZAÇÃO DOS DIREITOS

FEVEREIRO, 2011 • EDIÇÃO ESPECIAL

www.observatoriosocial.org.br

**PARA OBTER AÇO,
SIDERÚRGICAS E MONTADORAS
DE VEÍCULOS FINANCIAM A
DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA**

**O elo entre a Máfia da Sudam,
a morte da irmã Dorothy e
o comércio ilegal de carvão**

**A FLORESTA QUE VIROU
CINZA**





APRESENTAÇÃO

Devastação ambiental na cadeia produtiva do aço

Em junho de 2004, o Instituto Observatório Social publicou uma pesquisa histórica sobre a existência de trabalho escravo na cadeia produtiva do aço. Na época, grandes siderúrgicas instaladas no pólo de Carajás, no Pará, foram identificadas como financiadoras de carvoarias que usavam trabalhadores escravos na produção de carvão, produto fundamental para a produção do ferro-gusa e do aço.

Até aquele momento, as siderúrgicas negavam o problema e se recusavam a rever seus processos produtivos. O impacto da pesquisa junto à opinião pública, contudo, gerou forte pressão dentro e fora do país, inclusive entre os clientes dessas empresas na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, após a divulgação das informações, a pressão do movimento sindical e da sociedade civil organizada levou as empresas a reconhecerem o problema e assinarem um inédito Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que contribuiu de forma decisiva para a diminuição do problema, na medida em que centenas de empresas se comprometeram perante a sociedade a realizar ações em sua cadeia produtiva.

Na mesma época, a criação do Instituto Carvão Cidadão contribuiu de forma substancial para promover a responsabilidade social e o enfrentamento do trabalho escravo na região.

Sete anos depois, o Observatório volta a falar de cadeia produtiva do aço e mostra que, na mesma região, as siderúrgicas continuam com problemas na cadeia produtiva. Elas agora se beneficiam de processos predatórios para garantir o suprimento de carvão vegetal, produzido com madeira retirada de áreas de preservação ambiental.

O esquema só é possível graças ao envolvimento de políticos irresponsáveis e de funcionários públicos corruptos. Eles garantem a manutenção do fluxo predatório através da falsificação de documentos e da pressão junto às autoridades, inclusive decidindo sobre o afastamento de fiscais que se recusam a entrar no esquema.

O Instituto Observatório Social divulga essas informações na expectativa de alertar a sociedade e o setor produtivo para as graves violações da legislação ambiental e trabalhista que estão ocorrendo na região. No mundo atual, é inadmissível a existência de atividades econômicas predatórias e que não levem em consideração a ética e os valores sociais e ambientais necessários à construção de um mundo mais justo e sustentável.

Instituto Observatório Social

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL

DIRETORIA EXECUTIVA

CUT

Aparecido Donizeti da Silva
Vagner Freitas de Moraes
João Antônio Felício
Valeir Ertle

CEDEC

Maria Inês Barreto

UNITRABALHO

Carlos Roberto Horta

DIEESE

João Vicente Silva Cayres

CONSELHO DIRETOR

CUT

Rosane da Silva
Aparecido Donizeti da Silva
Denise Motta Dau
Quintino Marques Severo
Vagner Freitas de Moraes
Jacy Afonso de Melo
João Antônio Felício
Valeir Ertle

DIEESE

Maria Luzia Feltes
João Vicente Silva Cayres

UNITRABALHO

Francisco José Carvalho Mazzeu
Sílvia Araújo

CEDEC

Tullo Vigevani
Maria Inês Barreto

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação institucional

Amarildo Dudu Bolito

Coordenação de pesquisa

Felipe Saboya

Coordenação de sistema de informação

Alex Capuano

R. Dona Brígida, 299
Vila Mariana- 04111-080- São Paulo - SP
Tel: (11) 3105-0884
Fax:(11) 3107-0538
e-mail: observatorio@os.org.br
www.observatoriosocial.org.br

REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL



Fevereiro de 2011 – Edição Especial
São Paulo – SP – Brasil
Tiragem: 10.000 exemplares • Gráfica MG

Jornalista Responsável:

Marques Casara (RJ - 19126)

Edição:

Daniele Martins

Diagramação:

Daniel Cabral

Pesquisa:

Dauro Veras, Marques Casara,
Paola Belo e Sérgio Vignes

Fotos:

Sérgio Vignes

Execução:

Instituto Observatório Social
e Papel Social

REVISTA OBSERVATÓRIO SOCIAL

2003

Prêmio Esso de Jornalismo, categoria
Informação Científica, Tecnológica e
Ecológica.

2006

Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico
Vladimir Herzog de Anistia e Direitos
Humanos.

2007

Menção Honrosa - Prêmio Jornalístico
Vladimir Herzog de Anistia e Direitos
Humanos.

2008

Prêmio Especial de Direitos Humanos
da OAB/RS e do Movimento Justiça e
Direitos Humanos.

2009

Honra ao Mérito no Prêmio Esso de
Jornalismo, categoria Informação
Científica, Tecnológica e Ecológica.



ÍNDICE DESTA EDIÇÃO

05



Siderúrgicas e montadoras financiam a devastação da Amazônia

Reportagem denuncia como opera esquema de fornecimento de carvão ilegal para a indústria do aço

07



Histórico da devastação

Fiscais do governo do Pará e empresários se uniram para esquentar madeira ilegal

09



Impactos ambientais

Entenda como a cadeia produtiva do ferro-gusa transforma floresta em cinza

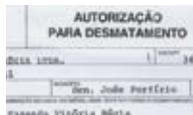
13



Consórcio do crime

Grupo ligado à Máfia da Sudam fornece de carvão ilegal para a indústria de aço

17



O passo a passo do crime

Como operadores do consórcio encontram meio de legalizar carvão para as siderúrgicas

19



Responsabilidade empresarial

Conheças as etapas do carvão até chegar às montadoras e siderúrgicas

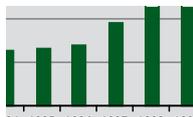
27



Irmã Dorothy

Até quando o esquema que assassinou a freira continuará impune?

28



O mercado do ferro-gusa

Entenda a importância da principal matéria-prima utilizada na produção de aço

31



Perspectivas para a indústria do Pará em 2011

Boa notícia para a economia e um alerta para questões ambientais



**SIDERÚRGICAS E
MONTADORAS
FINANCIAM A
DEVASTAÇÃO
DA**

No Pará, gigantes globais do setor de ferro e aço financiam grupos criminosos que produzem carvão oriundo de trabalho escravo e devastação ambiental. Gerdau, Vale, ThyssenKrupp, Nucor Corporation, NMT, Ford, General Motors, Toyota e Nissan estão ligadas a uma cadeia produtiva ilegal e que não leva em conta os direitos humanos, as leis trabalhistas e a legislação ambiental.



Essa reportagem vai mostrar como opera um grupo criminoso sediado no interior paraense, que fornece carvão ilegal para a indústria global do aço. Esse consórcio do crime é formado por empresários, políticos e funcionários públicos corruptos, que se uniram para depredar recursos naturais da Amazônia. Em paralelo à narrativa, que desvendará o consórcio do crime, a reportagem vai mostrar por que três fatos tratados de forma distinta devem, de fato, ser vistos como parte do mesmo esquema:

1. O desvio de R\$ 132 milhões pela “Máfia da Sudam”, que em 2002 levou o senador Jader Barbalho à prisão e implodiu a candidatura da governadora Roseana Sarney à presidência da república;
2. O assassinato, em 2005, da freira Dorothy Stang, morta com seis tiros dentro de uma área de terras grilada pelo braço direito de Jader Barbalho nos desvios da Sudam;
3. O carvão do trabalho escravo e da devastação, que abastece o mercado internacional do aço e tem como chefe do esquema o político e empresário Laudelino

Délio Fernandes Neto. Esse homem é o elo entre as três histórias: é um dos chefes da Máfia da Sudam, é o chefe do consórcio criminoso do carvão, e é o homem que, em 2005, deu abrigo, em sua casa, ao mandante da morte da irmã Dorothy, poucos minutos após o crime.

Nas próximas páginas, você saberá como opera o esquema e verá que ele só existe porque há uma bem montada rede de corrupção nos órgãos ambientais do estado do Pará. Funcionários públicos que ocupam postos-chaves na administração pública, e que deveriam zelar pelo patrimônio ambiental da Amazônia, facilitam toda sorte de ilegalidades: crimes contra os direitos humanos, contra o meio ambiente e contra a economia.

A depredação ambiental e o trabalho escravo contaminam a cadeia produtiva do aço desde sua base até o consumidor final. Com isso, ao comprar um automóvel ou um eletrodoméstico, o consumidor financia o aço da devastação. Com uma demanda crescente e cada vez mais necessária, o setor produtivo está diante do dilema de produzir mais ou de produzir só o que os recursos naturais são capazes de suportar. ■

**Reportagem de
Marques Casara e
Sérgio Vignes**

**Pátio de
madeireira
clandestina –
Marabá (PA)**



FISCALIZAÇÃO
IBAMA

HISTÓRICO DA DEVASTAÇÃO

Fiscais do governo do Pará e empresários se uniram para esquentar madeira ilegal

São empresas com endereço fixo e que só existem graças à conivência de funcionários do governo estadual e a prática de corrupção ativa por parte de empresários do setor

A atividade madeireira na Amazônia diminuiu muito nos últimos anos. Desde 2004, a produção caiu mais de 50%. As empresas entraram em crise e cortaram milhares de postos de trabalho. Muitas fecharam as portas.

Segundo pesquisa financiada pelo governo federal e apresentada em 2010 pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o consumo de toras caiu de 24,5 milhões de metros cúbicos para 14,2 milhões.

A notícia anima ambientalistas, pois as estimativas dizem que mais da metade da madeira que sai da Amazônia é ilegal ou esquentada em processos fraudulentos.

A diminuição da produção, segundo a pesquisa do Imazon, aconteceu por causa do maior rigor no monitoramento do corte e beneficiamento da madeira. Este rigor não significa que acabou a extração ilegal. Ela continua forte.

Em junho de 2009, a reportagem Devastação S/A, publicada na edição número 15 da Revista do Observatório Social, mostrou que as maiores empresas mundiais do setor de pisos financiam o desmatamento da Amazônia e compram madeira de origem ilegal. Esta madeira é esquentada em processos fraudulentos que envolvem empresas de exportação e uma quadrilha, ainda não desmantelada, que opera na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará.

A reportagem do Observatório

mostrou, por exemplo, a ligação da maior exportadora de madeira do Pará, a Pampa Exportações, com madeiras fantasmas - empresas sem registros contábeis e fiscais e que operam com 100% de madeira ilegal. São empresas com endereço fixo e que só existem graças à conivência de funcionários do governo estadual e a prática de corrupção ativa por parte de empresários do setor, como o caso da Pampa.

Lá fora, o impacto da reportagem fez com que algumas grandes empresas da Europa anunciassem cortes de fornecedores e mudanças nos protocolos de monitoramento da cadeia produtiva. Dentro do país, pouca coisa mudou. O presidente de Pampa, Demorvan Tomedi, negou envolvimento com empresas fantasmas ou com madeira ilegal.

Tomedi continuou a negar mesmo depois de confrontado com fotos de madeira carimbada com a logomarca da Pampa, estocadas no pátio de madeira fantasma na cidade de Anapu (PA).

Tomedi integra o conselho de sustentabilidade do Banco Santander/Real. O banco publicou uma nota em defesa do empresário: "O Sr, Demorvan Tomedi explicou ao banco que as informações oficiais sobre o fornecedor eram coerentes com os princípios da empresa e não levantavam suspeitas", disse a nota do Santander/Real. A empresa Rio Pardo Madeiras, que segundo o banco não levantava suspeitas, sequer tinha CNPJ, além de não ter autorização para cortar madeira. ■

Ibama confere lote de madeira apreendida na região de Altamira



IMPACTOS AMBIENTAIS

Entenda como a cadeia produtiva do ferro-gusa transforma milhões de hectares de floresta em cinza

A cadeia produtiva do ferro-gusa no Pará é uma das que mais agride o meio ambiente. Estima-se que são desmatados, por ano, até cinco milhões de metros cúbicos de florestas nativas no estado para produção de carvão vegetal.

A produção de uma tonelada de ferro-gusa requer 875 kg de carvão vegetal. Para se chegar a essa quantidade, são necessários 2,6 mil kg de madeira seca (que, em média, tem uma densidade de 360 kg/m³ em matas nativas). Ou seja, esta matéria-prima exige o desmatamento de uma área de pelo menos 600 metros quadrados.

O carvão adquirido pelas siderúrgicas para o abastecimento de seus altos-fornos pode ter três origens:

1. Madeira nativa: extraída do desmatamento da floresta nativa pelos projetos de manejo autorizados pelo Ibama. Estes projetos fazem parte da expansão de fronteira agrícola na região e o percentual autorizado pelo órgão ambiental para desmatamento varia: 20% na mata atlântica e 65% no cerrado. O projeto tem a duração de dois anos, podendo ser renovado com autorização do Ibama;
2. Resíduos de serrarias: o resíduo do processo (de 20% a 40%) é utilizado para a produção de carvão. Em geral, a produção do carvão ocorre no próprio local onde existe a serraria.
3. Reflorestamento: madeira extraída dos projetos de reflorestamento que são plantações de eucalipto em fazendas de propriedade das siderúrgicas.

Somente em 2007, segundo a Associação Mineira de Silvicultura (AMS), o consumo de carvão vegetal no Brasil foi de 9,2 milhões de toneladas - mais de 90% destinou-se ao setor siderúrgico. Para se ter uma ideia, são necessárias 48 árvores, conforme parâmetros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), para produzir apenas uma tonelada de carvão. Em outras palavras, naquele ano mais de 440 milhões de árvores foram para o forno. Ainda de acordo com a AMS, aproximadamente 50% do que hoje é consumido advém de matas nativas - a outra metade

é proveniente de áreas reflorestadas. A notória existência de um volumoso comércio ilegal, à margem do controle do Estado, coloca em dúvida qualquer dado mais assertivo sobre a realidade deste percentual.

Segundo estimativa do governo estadual de 2007, existiam, naquele ano, cerca de 25 mil carvoarias - número que ajuda a dimensionar a quantidade de pessoas envolvidas na atividade. “Em Açailândia [município maranhense com cinco siderúrgicas instaladas], há bairros inteiros que vivem do carvão”, conta Xavier Plassat, coordenador da campanha nacional contra o trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A mão-de-obra é, em grande medida, formada por trabalhadores sem-terra que vivem de serviços agropecuários e florestais temporários. Há, no entanto, situações diversas, incluindo a de assentados arregimentados para a atividade.

As fiscalizações do Ibama em carvoarias concentraram-se nos municípios de Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. Esses locais são responsáveis pela quase totalidade do fornecimento utilizado nas siderúrgicas de Marabá, e de grande parte do carvão consumido pelas siderúrgicas de ferro-gusa maranhenses.

Entre 2000 e 2007, levantamentos apontaram a queima de 21 milhões de árvores nos fornos de carvão vegetal utilizado na produção do ferro-gusa.

Em abril de 2007, através da Operação Apiti, do Ibama, foi constatado

Imagem aérea mostra incêndio na região amazônica

que siderúrgicas adquiriram carvão de empresas que fraudaram o sistema de controle de produção florestal. Houve também indícios de que Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) roubadas da sede do Ibama em Marabá teriam sido utilizadas na venda de carvão às produtoras de ferro-gusa. Empresas como a Cosipar foram embargadas, mas voltaram a operar. Para suspender as ações, além de pagar uma multa de R\$ 65 milhões, a Cosipar assinou, em janeiro de 2008, um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) aceitando plantar mudas de espécies nativas em uma área de 32 mil hectares.

A operação ambiental levou a Vale (na época, Companhia Vale do Rio Doce) a dar um ultimato para que as empresas produtoras de ferro-gusa comprovassem que estavam em dia com as legislações ambiental e trabalhista. A empresa enviou cartas a um grupo de clientes produtores de ferro-gusa dos Estados

do Pará, do Maranhão e de Minas Gerais comunicando decisões a respeito do fornecimento de minério de ferro, prometendo suspender o fornecimento das guseiras que não comprovassem respeitar a legislação.

Entre as empresas, estiveram as paraenses Ibérica, Cosipar, Usimar, Simasa, Simara.

Em 2007, o Ibama, através das operações Kayapó, Cumarú, Sem Fronteiras, Aço Preto, Urucuré e Lago – todas no estado do Pará – gerou cerca de R\$ 60 milhões em multas, resultantes da lavratura de 121 Autos de Infração (AI), 106 Termos de Apreensão de Depósito (TDA) e 11 Termos de Embargo/Interdição (TEI). Houve o embargo de 01 empresa e 06 Notificações foram efetivadas. Foram apreendidos nas seis operações 2.399,601 metros cúbicos de madeira, mais de 105 mil metros cúbicos de carvão vegetal, 37 motosserras, 68 veículos e 102 animais

silvestres. Embargados mais de 33 mil hectares de área já desmatadas e, 363 fornos de produção de carvão vegetal, oriundas de florestas nativas que alimentam siderúrgicas para produção de ferro-gusa.

Em 2008, Ibama e Sema desencadearam operações que comprovaram que grandes siderúrgicas do Pará foram o destino do carvão produzido com madeira extraída ilegalmente na Amazônia. A constatação se deu a partir de levantamentos feitos entre 2005 e 2008 sobre o uso de carvão no pólo siderúrgico de Marabá. Em ações movidas desde setembro de 2007 contra quatro empresas instaladas na cidade, o Ibama apontou que o volume de carvão vegetal declarado pelas companhias era incompatível com a demanda energética necessária para produzir a quantidade de ferro-gusa informada por elas. Juntas, dez siderúrgicas de Marabá declararam à Sema, em janeiro daquele ano, que



*São necessárias 48
árvores, conforme
parâmetros do
Ministério do Meio
Ambiente (MMA), para
produzir apenas uma
tonelada de carvão*

queimada nas
margens do Rio
Tocantins, em
Marabá (PA)

possuíam 211.170 metros cúbicos de carvão. Informaram que a origem seriam empresas do Maranhão e de Pernambuco, que, segundo a Sema, estão suspensas.

Nas contas do órgão ambiental, a cada tonelada de ferro são consumidos cerca de dois metros cúbicos de carvão vegetal. A Cosipar (Companhia Siderúrgica do Pará), por exemplo, informou que, entre 2000 e fevereiro de 2007, produziu 2,2 milhões de toneladas de ferro-gusa e declarou ter usado 1,7 milhão de metros cúbicos de carvão.

Segundo o Ibama, para tal quantidade de ferro seriam necessários 4,4 milhões de metros cúbicos de carvão. O Ibama disse ter constatado “incompatibilidades” também em outras três empresas de Marabá: Simara Marabá, Siderúrgica Ibérica e Usimar.

Mais recentemente, em novembro de 2009, o Ibama voltou a autuar empresas no estado acusadas de comprar

carvão de origem ilegal. As empresas Cosipar, Sidernorte e Sidepar foram flagradas por fiscais do Ibama comprando 1.520 m³ de carvão ilegal, o equivalente a 26 caminhões cheios, de uma firma de fachada, criada apenas para comercializar créditos florestais. De acordo com o órgão, as empresas tiveram seus acessos ao Sisflora (sistema que faz o controle do fluxo de madeiras e subprodutos florestais) bloqueados. As siderúrgicas tiveram os estoques irregulares apreendidos.

O esquema de venda de crédito às siderúrgicas foi descoberto por meio de auditoria no Sisflora. O sistema é gerido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Uma única empresa, a LA Baseggio, criada em junho de 2009 no Sisflora, chamou a atenção dos fiscais do Ibama por ter comercializado 9 mil metros cúbicos, entre madeira e carvão, com 39 companhias em apenas três meses. ■





CONSÓRCIO DO CRIME

Grupo criminoso ligado à Máfia da Sudam fornece carvão ilegal para a produção de aço

carvão obtido em atividades predatórias e com uso de trabalho escravo entra na cadeia produtiva de grandes siderúrgicas e montadoras

© Foto: Sérgio Vignes

**madeira
vira pó em
carvoaria em
Marabá (PA)**

Os problemas ambientais da Amazônia estão longe de terminar. Talvez sequer tenham começado em seu viés mais devastador. O aquecimento da economia brasileira, nos próximos anos, terá impacto direto sobre o bioma amazônico. E a bola da vez tem nome: carvão.

Este insumo é fundamental para a indústria do aço. Sua obtenção, na Amazônia brasileira, segue um roteiro protagonizado pela devastação, pelo uso de mão-de-obra escrava, pela corrupção de funcionários públicos, pelo tráfico de influências e pela conivência das maiores siderúrgicas e montadoras de veículos do mundo.

Na Amazônia, empresários, políticos e funcionários públicos constituíram um consórcio do crime para burlar a lei e devastar os recursos naturais. É uma parceria público-privada às avessas. Não leva em conta o patrimônio ambiental, social e cultural da região com a maior biodiversidade do planeta.

O problema começa no meio da selva e termina nas grandes montadoras de carros e caminhões do Brasil e dos Estados Unidos. São grandes corporações, que ao comprar aço produzido com carvão ilegal, financiam a devastação e o trabalho escravo na Amazônia brasileira.

Apesar de ser uma teia complexa que envolve empresas, políticos e órgãos de governo, tudo pode ser resumido em uma frase: carvão obtido em atividades predatórias e com uso de trabalho escravo entra na cadeia produtiva de

grandes siderúrgicas e das principais montadoras de veículos do mundo.

Entre o trabalhador que produz carvão ilegal no coração da floresta e o carro de luxo que trafega nas avenidas das grandes cidades, estão gigantes do setor de mineração e produção de aço, além de siderúrgicas sediadas no Pará.

Os comandantes do esquema são empresários que trabalham em sintonia com funcionários corruptos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, fiscais que usam o cargo para forjar documentos e esquentar carvão obtido através da queima de toras retiradas de terras indígenas e de áreas de preservação ambiental, muitas vezes com o uso de trabalhadores escravos.

No meio do caminho, o processo é viabilizado graças ao serviço sujo feito pelas siderúrgicas de grande porte localizadas na Amazônia. Para que tudo isso dê certo, é preciso um ingrediente fundamental: a corrupção. É ela que lubrifica o caminho entre o interior da selva amazônica e a loja de carros ali na esquina.

Quem viabiliza o esquema é o consórcio criminoso aqui citado, que opera nos porões da administração pública e do meio empresarial do estado do Pará. É esse consórcio que viabiliza a devastação ambiental. Ele só existe porque mineradora, siderúrgicas e montadoras fazem vistas grossas. Fingem que não enxergam a própria cadeia produtiva. São essas empresas globais, as gigantes aqui mencionadas, que financiam a

PERFIL

Político e empresário regional, Délio Fernandes é pouco conhecido nacionalmente, o que não o descredencia como chefe dessa e de outras quadrilhas que operam na Amazônia. O escândalo da Sudam segue engavetado e ainda não deu em nada para os políticos. Muitos seguem na vida pública, dentre eles o próprio Délio, vice-prefeito de Anapu.

Trabalhador em carvoaria de Marabá (PA)

produção de carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

O TESTA DE FERRO

O chefe do esquema é o empresário e vice-prefeito da cidade de Anapu, Laudelino Délio Fernandes Neto, um dos líderes da chamada Máfia da Sudam, que desviou milhões de reais de projetos que deveriam beneficiar o desenvolvimento da Amazônia, mas foram parar nos bolsos de empresários e políticos, dentre eles o próprio Délio e seu principal aliado no esquema da Sudam, o ex-senador Jader Barbalho.

Antes de entrar para o ramo do carvão ilegal, Délio foi um dos principais personagens das mega-fraudes na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A quadrilha desviou pelo menos R\$ 132 milhões de projetos financiados pelo governo. É o mesmo escândalo que levou para a prisão o ex-senador Jader Barbalho, em 2002, e que nesse mesmo ano

implodiu a candidatura à presidência da república da atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, após a divulgação da famosa foto da pilha de dinheiro sobre uma mesa.

O peso do consórcio que esquenta carvão é tão grande que em 2009 a própria governadora do Pará, Ana Julia Carepa, enviou uma carta ao então presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, pedindo o afastamento do funcionário que denunciou a existência do consórcio.

A intervenção da governadora junto ao governo federal foi pedida pelo próprio Délio Fernandes, que apresentou a Ana Julia uma equação simples: “ou deixam a gente trabalhar ou vai parar a exportação de gusa para fabricar aço”. Os argumentos de Délio foram usados pela governadora. Em suas alegações na carta enviada ao Ibama, ela escreveu que o funcionário do Ibama que desvendara a existência do consórcio do crime, o então delegado do órgão em



Altamira, Roberto Scarpari, era “contra o desenvolvimento da região”. Também escreveu que “a atuação do escritório do Ibama em Altamira contribui para que nada aconteça”. A carta pedindo o afastamento de Scarpari foi endereçada ao presidente do Ibama no dia 9 de outubro de 2009 e está guardada nos arquivos do governo do estado do Pará sob o número 662/09-GG, e nos arquivos do Ibama sob o número 10100.004528/09-02.

O pedido da governadora foi atendido. Scarpari foi afastado e transferido para Marabá. Com isso, o consórcio continua operando sem tréguas no interior da Amazônia.

O afastamento de Scarpari de Altamira foi comemorado com um churrasco no pátio da empresa de Délio Fernandes, a Agropecuária Vitória Régia S/A, sediada em Anapu e que está no centro do esquema criminoso.

Depois de gastar o dinheiro da Sudam, protegido pelo alto clero da

política paraense, Délio partiu para novos desafios: montou um consórcio para esquentar carvão e financiar a exportação de gusa para as mega siderúrgicas dos Estados Unidos. Para isso, se associou a 33 empresas produtoras de carvão em Marabá e municípios vizinhos, que por sua vez passaram

a fornecer para as siderúrgicas que recebem o minério da Vale e fazem a mistura nos autofornos.

Délio também organizou uma parceria com a banda podre da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que passou a fabricar documentos de acordo com as necessidades do esquema. ■

Laudelino Délio Fernandes Neto, ligado ao ex-senador Jader Barbalho, desviou os seguintes recursos da Sudam:

Emitiu um cheque para si mesmo no valor de R\$ 530 mil, dinheiro que deveria ser investido em projetos de desenvolvimento da região. O rastreamento do cheque demonstra que o dinheiro foi desviado;

Desviou R\$ 440 mil, dinheiro que deveria ser usado em projeto agropecuário, para a compra de um apartamento em Vila Velha, no Espírito Santo;

Desviou R\$ 201 mil, dinheiro de projeto agropecuário, para a compra de 5 mil caixas de cerveja e 5 mil caixas de refrigerante;

Comprou uma Toyota Hillux com dinheiro que deveria financiar a criação de gado.



**SEMA****Secretaria de Estado de Meio Ambiente**

Relatório de Totalização de Entradas e Saídas

Empreendimento: **2283 - AGROPECUÁRIA VITÓRIA RÉGIA S/A - 34683656000178**Documento: **Todos os documentos**Operação: **Todas as operações**Período: **/ / a / /**Categoria: **Todas as categorias**Produto: **Todos os produtos**Detalhar: **Sim**

ENTRADA

Nº:	ORGÃO AMBIENTAL						CNPJ/CPF:
Autorização de Crédito de Produto							
Produto	Kg	St	m3	Unid	L	MDC	
Resíduos Florestais	0,00	1.238.147,39	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal - 3 documentos							
Autorização de Crédito de Tora							
Produto	Kg	St	m3	Unid	L	MDC	
Toras de Madeira Nativa	0,00	0,00	70.272,19	0,00	0,00	0,00	
Subtotal - 1 documento							
Madeira total por Empreendimento	0,00	1.238.147,39	70.272,19	0,00	0,00	0,00	
Total - 4 Documentos de Entrada							



IBAMA
Instituto Brasileiro
do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais
Renováveis

AUTORIZAÇÃO PARA DESMATAMENTO

NÚMERO

34055 *

SÉRIE B

NOME DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

AGROPECUÁRIA VITÓRIA RÉGIA LTDA.

CGC/CPF

34.683.656/0001-78

ENDEREÇO

Região do Rio Bacajá

CIDADE

Sen. José Porfírio

MUNICÍPIO

Sen. José Porfírio

CEP

UF
Pa

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ

11.03.1999

DENOMINAÇÃO DO LOCAL DO IMÓVEL ONDE SERÁ EFETUADO O DESMATAMENTO

Fazenda Vitória Régia

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL (EM HECTARE)

6.000,7199 ha

ÁREA A SER PRESERVADA (EM HECTARE)

3.000,7199 ha

ÁREA AUTORIZADA PARA ESTE DESMATAMENTO (EM HECTARE)

3.000,00 ha**Regularização**

MATÉRIA-PRIMA A SER EXTRAÍDA (TORA, PALMITO, LENHA, CARVÃO, etc)

Regularização de área de 3.000,00 ha junto ao IBAMA/Pa, para fins de implantação de trabalhos de recuperação e pastagens numa área de 1.490,00 ha.

Não existe matéria prima florestal.

IMPORTANTE:

O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL DEVERÁ OBSERVAR AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, BEM COMO PRESERVAR A ÁREA CITADA NESTE DOCUMENTO, SOB PENA DE CASSAÇÃO DA PRESENTE AUTORIZAÇÃO, ESTANDO ANDA SUJEITO ÀS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 4.771, DE 15/SETEMBRO/1965, E DEMAIS NORMAS VIGENTES.

PROCESSO DE ORIGEM Nº

0100/98-03/SUPES/PA

ESTA AUTORIZAÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA DE:

- CROQUI/PLANTA DA PROPRIEDADE EM 2 (DUAS) VIAS
- AVERBAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO EM CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS.

LOCAL E DATA

Belém-Pa, 11.03.1998

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DE COMPETENTE

José Mariades S. Adelha
Engenheiro Agrônomo

O PASSO A PASSO DO CRIME

Operadores do consórcio encontram meio de legalizar o fornecimento de carvão para as siderúrgicas

O sistema montado por Délio e pela banda podre da Secretaria de Meio Ambiente é muito mais eficiente do que simplesmente vender carvão ilegal, como era feito até pouco tempo. Agora o produto recebe uma maquiagem e tem uma aparência legal.

Na secretaria de Meio Ambiente, os operadores do consórcio conseguem feitos de proporções bíblicas. Transformar água em vinho seria uma mera brincadeira para eles.

Exemplo: como num passe de mágica, fizeram nascer mais de um milhão de metros cúbicos de madeira pronta para ser fritada nos fornos das 33 empresas ligadas ao consórcio.

Se você acha que fazer nascer um milhão de metros cúbicos de madeira a partir de um grão de areia não é nada, espere pelo milagre: madeira 100% legalizada, sustentável, retirada de forma ambientalmente correta e cuja exploração ainda cumpriu “função social”, ao liberar uma área degradada para a produção de alimentos, de acordo com o que está escrito em documento oficial da Divisão de Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. É nessa divisão que operam os funcionários públicos a serviço do consórcio.

No documento citado acima, tudo é falso, forjado, inventado. E só funciona porque a Divisão de Meio Ambiente avaliza o processo. Madeira retirada de áreas de preservação e de terras indígenas passa por um processo de maquiagem que dá a ela uma aparência legal.

A coisa aconteceu da seguinte forma:

1. A Agropecuária Vitória Régia, empresa de Délio, conseguiu da SEMA uma autorização para retirar estéreis (restos de madeira) de uma área em Anapu, na região de Altamira. São dezenas de caminhões tipo bitrem (duas carrocerias) carregados de madeira;
2. Essa madeira é vendida para 33 empresas produtoras de carvão, localizadas na região de Marabá;
3. A madeira nunca saiu de Anapu. Ela fez apenas uma viagem virtual. Na verdade, ela saiu de áreas de preservação bem mais próximas das produtoras de carvão, mas foi “carimbada” pela SEMA como se fosse da área autorizada em Anapu.

Por que isso acontece? No caso acima, porque era preciso encontrar uma forma de legalizar o fornecimento de carvão para as siderúrgicas. Para isso, foram usados diversos artifícios, como por exemplo, uma autorização de retirada de madeira que estava vencida a mais de dez anos, em Anapu. Com essa autorização vencida, a madeira foi transferida de forma virtual para as produtoras de carvão. Essa madeira nunca chegou. Elas usaram madeira de desmatamento ilegal.

Por que essa madeira nunca chegou? Porque na documentação de transporte constam as placas dos caminhões usados no transporte. Só que não são placas de caminhões. São placas de motos, de carros de passeio, de carros roubados, de veículos que não existem. E também de caminhões.

O que prova a transferência virtual? A retirada da madeira foi autorizada pela Secretaria de Meio Ambiente a partir de uma autorização do Ibama que estava vencida desde o século passado. Na Sema, a autorização está assinada pelo servidor Marcelo Silva Auziel. Ele validou a autorização de desmatamento 34055, que integra o processo 100/98-3/SUPES PA, expedida em 11 de março de 1998 e vencida em 11 de março de 1999.

A madeira não estava mais lá quando o funcionário Auziel autorizou a guia vencida no século passado. Então, a placa de qualquer veículo servia para documentar a transferência, já que ela nunca foi feita. O consórcio opera dessa forma em diversas transações, variado de acordo com as necessidades do momento. ■

(topo)
Documento da SEMA confirma o lançamento dos créditos ilegais. Equivalem a mais de cinco mil caminhões carregados.

(abaixo)
Documento do Ibama vencido no século passado foi usado pela SEMA para validar esquema.



RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A cadeia produtiva do carvão ilegal segue cinco etapas até chegar às montadoras e às gigantes da siderurgia.

FASE 1: PRODUÇÃO DO CARVÃO

1. Madeira é retirada ilegalmente de áreas de preservação ambiental e de terras indígenas.
2. Fiscais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, em parceria com o consórcio do crime, viabilizam a documentação que dá a madeira uma aparência legal;
3. Centenas de carvoarias queimam o carvão retirado ilegalmente. Muitas dessas carvoarias, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), usam mão de obra escrava;

FASE 2: CARVÃO CHEGA ÀS SIDERÚRGICAS

1. O carvão é transportado até siderúrgicas de grande porte localizadas em Marabá (PA). Segundo o Ibama e o Ministério Público Federal, as empresas sabem que estão comprando carvão do desmatamento, pois ano após ano são sistematicamente multadas por crimes ambientais;
2. As principais siderúrgicas envolvidas com desmatamento e trabalho escravo, segundo várias denúncias do MPT e do Ministério Público Federal (MPF), são as seguintes:
 - Cosipar – Companhia Siderúrgica do Pará S/A;
 - Siderúrgica Ibérica S/A;
 - Sinobras – Siderúrgica Norte Brasil S/A;
 - Viena – Siderúrgica do Maranhão S/A;
 - Siderúrgica Gusa Nordeste S/A.

As empresas listadas acima estão sendo oficialmente investigadas por trabalho escravo, conforme ofício em poder da reportagem, assinado pelo funcionário do Ministério

Público do Trabalho em Marabá, Edson Aires dos Santos.

Além disso, nos últimos anos, diversos Termos de Ajustamento de Conduta foram assinados pelas siderúrgicas. Nesses termos, firmados com o Ministério Público Federal, elas reconhecem o problema e se comprometem a mudar seus processos produtivos. Também se comprometem em investir em ações que minimizem os danos já causados ao bioma, recuperando áreas degradadas.

As empresas de fato implantam ações para recuperar áreas degradadas, mas continuam a usar carvão do desmatamento e do trabalho escravo, ou seja, não mudam a permissividade da cadeia produtiva e o ciclo da devastação não cessa.

Isso poderia ser evitado através do uso de madeira de florestas próprias, plantadas. A operação, contudo, é mais cara do que a própria multa ou a assinatura de termos de ajustamento. Desde o século passado as empresas são sistematicamente multadas, fazem as mesmas promessas e nada muda.

Segundo o Ibama e o Ministério Público Federal, as siderúrgicas sabem que compram carvão do desmatamento e do trabalho escravo. No relatório técnico “Diagnóstico do Setor Siderúrgico nos Estados do Pará e do Maranhão”, produzido pela Diretoria de Florestas do Ibama, quatro engenheiros florestais

Madeira ilegal é transformada em cinzas

mostram a discrepância entre o carvão declarado pelas siderúrgicas e o carvão que de fato foi usado na produção.

Sabendo da quantidade de carvão necessária para a produção de uma tonelada de ferro-gusa (matéria prima do aço), os técnicos fizeram a conversão e obtiveram números incompatíveis. No Pará, na média de 5 anos (2000 a 2004), 65,1% do carvão usado pelas siderúrgicas do pólo de Carajás não foi declarado.

O carvão não declarado veio de áreas de preservação ou de terras indígenas e parte dele obtida com o uso de mão de obra escrava. As próprias empresas do setor reconheceram o problema em 2004, ao assinarem o Pacto Pelo Fim do Trabalho Escravo na Produção do Carvão Vegetal. Na época, estavam pressionadas por denúncias que mostravam como as siderúrgicas compravam carvão vegetal de empresas que usavam mão de obra escrava. Muita coisa melhorou de lá pra cá, mas o problema ainda não foi erradicado.

No que diz respeito ao meio ambiente, as coisas pioraram de 2004 pra cá. As siderúrgicas alegam que mudaram os procedimentos e que não compram mais carvão que não esteja devidamente documentado. Na prática, contudo, nada mudou, pois a documentação que dá ao carvão uma aparência legal é fraudada.

Com a entrada do consórcio criminoso, o esquema foi aprimorado: aumentou a corrupção no órgão ambiental e agora o produto tem uma aparência legal, uma maquiagem que o torna aparentemente sustentável.

FASE 3: MINÉRIO DE FERRO CHEGA AS SIDERÚRGICAS

As siderúrgicas envolvidas com o consórcio do crime recebem minério de ferro da Vale, que envia o produto pela estrada de ferro Carajás. A Vale tem participação direta na cadeia produtiva do aço obtido com carvão do desmatamento e do trabalho escravo. Sem

o minério fornecido por ela, a cadeia produtiva não funcionaria.

A Vale é uma fornecedora histórica dessas siderúrgicas, inclusive na época em que 65,1% do carvão usado por elas era de origem ilegal, conforme o relatório técnico citado acima.

A produção de aço requer minério de ferro - fornecido pela Vale, e carvão - fornecido por centenas de carvoarias existentes no interior da floresta. Nesse processo, a participação da Vale no fornecimento do minério de ferro está repleta de contradições:

Em 2007, a empresa suspendeu temporariamente o fornecimento de minério de ferro para nove siderúrgicas, admitindo que eram ambientalmente insustentáveis e que usavam carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

As empresas negociaram. Prometeram nunca mais fazer o que faziam e o fornecimento foi integralmente restabelecido. Na prática, contudo, nada mudou. Mesmo após 2008, quando a Vale assinou um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no qual se compromete a vender minério de ferro somente para siderúrgicas que usem apenas madeira certificada na produção de carvão. Segundo o documento, são consideradas ambientalmente legais as siderúrgicas que estão autorizadas pelo Ministério para operar. Não há, contudo, nenhum mecanismo para monitorar a certificação da madeira. Sem um mecanismo que monitore o carvão, nada mudou.

Na época, o então ministro Carlos Minc disse o seguinte: “A idéia é aumentar a oferta da madeira certificada como forma de combate à comercialização ilegal”.

No papel, a idéia é ótima. Disse o presidente da Vale, Roger Agnelli, quando assinou o documento: “Todos são responsáveis por zelar pelo meio ambiente. As florestas são agredidas por falta de opção e oportunidades das pessoas que vivem nas áreas desmatadas”. Em resumo, a Vale culpa o morador pelo desmatamento.

No caso específico da cadeia pro-

ductiva do aço, as florestas não são desmatadas pela falta de opção das pessoas que vivem na floresta. Elas são desmatadas porque a indústria global do aço se alimenta de mata nativa. Os povos da floresta não têm nada a ver com essa história. Se as siderúrgicas tivessem florestas próprias e não comprassem carvão do desmatamento e do trabalho escravo, nada disso estaria acontecendo. É um típico caso em que a vítima se torna o culpado.

No caso específico da cadeia produtiva do aço, as florestas são desmatadas porque o setor precisa mais carvão do que é produzido de forma sustentável. É uma questão de custo-benefício. Quando mais carvão ilegal, mais barato fica o produto final. As siderúrgicas não calculam o valor da floresta em pé. O negócio delas é produzir aço. Quando mais barato o carvão, melhor. E a sustentabilidade vira uma mera ação de marketing.

No Pará, as siderúrgicas de médio porte fazem o serviço sujo: usam carvão do desmatamento e do trabalho escravo, que é misturado com o minério de ferro da Vale. Mais de 90% dessa produção é exportada.

As grandes corporações, como a Vale, se dizem preocupadas e assinam acordos, como esse do Ministério do Meio Ambiente. Mas continuam operando de forma ambientalmente insustentável.

No Pará, todas as siderúrgicas que usam o minério de ferro da Vale estão ligadas ao fornecimento do carvão esquentado pelo consórcio do crime

Documento do Ministério Público do Trabalho confirma a existência de trabalho escravo na cadeia produtiva das siderúrgicas.

liderado por Délio Fernandes, sem exceção, conforme documentos de compra e venda de carvão em poder da reportagem.

É um esquema multimilionário e que só prospera porque o sistema estadual de fiscalização está corrompido, como será mostrado mais adiante. Na prática, nada mudou desde o levantamento feito pelo Ibama em 2005, que mostra mais de 60% de carvão ilegal.

As coisas apenas se aprimoraram. De ilegal, o carvão se tornou esquentado, maquiado por documentos forjados.

No que diz respeito a produção de carvão vegetal no estado do Pará, os atores que poderiam mudar o cenário se limitam a lavar as mãos:

1. O Ministério do Meio Ambiente diz que assinou acordos com as siderúrgicas e que agora elas usam madeira certificada;

2. As siderúrgicas dizem que assinaram termos de ajustamento de conduta e estão repondo vegetação, mas continuam sendo multadas, ano após ano, sempre pelo mesmo motivo: uso de carvão de desmatamento ou de trabalho escravo;

3. A Vale, fornecedora de minério de ferro diz que agora, após o acordo de 2008 assinado com o Ministério do Meio Ambiente,



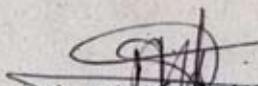
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ**

Fl. CSI 31, Quadra 02, Lote 1, Altos - Nova Marabá
CEP 68507-540 - Telefone: (0xx94) 3322-1964 - Marabá/PA

**AÇÕES DO MPT EM FACE DAS SEGUINTE SIDERÚRGICAS ENVOLVIDAS DIRETA E/OU
INDIRETAMENTE COM TRABALHO ESCRAVO E OU DEGRADANDE (CARVOARIAS, FAZENDAS E
MADEIREIRAS):**

1. COSIPAR – COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PARA S/A;
2. SIDERÚRGICA IBÉRICA S/A;
3. SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S/A – SINOBRAS (antiga SÍMARA);
4. SIMASA – SIERÚRGICA DO MARANHÃO S/A;
5. VIENA – SIDERÚRGICA DO MARANHÃO S/A;
6. SIDERÚRGICA GUSA NORDESTE S/A;

Marabá-Pa, 04 de março de 2010.


Edson Aires das Santos
PTM/Marabá
Mat. 6003769-5

só fornece carvão para empresas autorizadas a operar e que adotam práticas sustentáveis; Como se num passe de mágica o acordo virasse fato.

4. O governo do Pará diz que as siderúrgicas são sustentáveis, trazem desenvolvimento e que a produção está dentro da Lei;
5. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente faz de conta que não é com ela, mas é de lá que sai o carimbo que maquia o carvão ilegal;
6. O Ibama, que deveria zelar pelo patrimônio ambiental, afasta o delegado que denunciou o consórcio criminoso que esquentava carvão;
7. O presidente da Vale diz o desmatamento é feito pelos povos da floresta.

A Vale tem uma reação firme sempre que suas práticas ambientais são colocadas a prova. A empresa costuma dizer que as denúncias contra ela são inconsistentes e feitas por ambientalistas e organizações radicais, que têm um discurso mais ideológico do que técnico, sem provas.

Não é o caso dessa reportagem. Tudo está fartamente documentado, inclusive com os papéis maquiados nos porões da secretaria de estado de Meio Ambiente do Pará. A Vale está inserida na cadeia produtiva predatória e criminosa que produz gusa na Amazônia.

Ao ser questionada pelo fornecimento de minério para empresas que usam carvão ilegal, a Vale disse o seguinte, por intermédio de e-mail enviado pelo jornalista Murilo Fiuza, da assessoria de imprensa: “A Vale não tem poder de polícia e não tem como fiscalizar se as empresas que estão com suas licenças em dia realmente estão cumprindo-as de fato. Portanto, a Vale acredita nas licenças concedidas pelos órgãos competentes, responsáveis por essa fiscalização”. O jornalista também cita o acordo com o Ministério do Meio Ambiente como um exemplo de boa

prática adotado pela mineradora.

O carvão ilegal só existe na medida em que existe uma cadeia produtiva que dele se beneficia para prosperar. As modernas práticas de responsabilidade social empresarial são claras: uma empresa socialmente responsável e ambientalmente sustentável deve fiscalizar sua cadeia de valor, ao contrário do que diz a nota da Vale, que se limita a tirar o corpo fora.

Uma empresa socialmente responsável deve contribuir para a construção de um planeta equilibrado. Vai muito além do cumprimento da lei. A empresa deve atuar para a construção de um mundo justo e sustentável.

No caso da Vale, a questão se agrava ainda mais devido a tentativa de encobrir o que de fato acontece no Pará. Exemplo: No dia 12 de maio de 2010, a diretora de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale, Vânia Somavilla, disse, para uma platéia de mais de 500 pessoas, que a empresa não fornece mais minério de ferro para as mineradoras do Pará que estão envolvidas em práticas que usam o carvão do desmatamento e do trabalho escravo.

A informação foi dita durante a Conferência Internacional do Instituto Ethos, em uma oficina intitulada A Nova Liderança para uma Economia Verde, Inclusiva e Responsável.

A informação passada por Vânia Somavilla é falsa. Em 2007, durante pouco tempo, a empresa ficou sem fornecer o minério de ferro para as siderúrgicas, mas isso não aconteceu mais. A empresa usa o acordo com o Ministério do Meio Ambiente como justificativa para a volta do fornecimento. A questão é que o acordo não saiu do papel e as mineradoras continuam sendo abastecidas com carvão ilegal. As práticas predatórias são a regra na produção de gusa nas mineradoras do Pará. A Vale adota, às avessas, a postura ideológica que critica nas ONGs e nos ambientalistas. É o jogo da contra informação:

descredenciar os acusadores e usar as mesmas táticas para tornar verdadeira uma história falsa, inclusive perante uma platéia qualificada, mas infelizmente pouco informada sobre o que de fato acontece no coração da Amazônia.

FASE 4: PRODUÇÃO DO GUSA

O Brasil produz o melhor ferro-gusa do mundo na região de Marabá (PA), onde estão localizadas as siderúrgicas aqui mencionadas. A qualidade do gusa é alcançada com o uso de carvão vegetal, muito melhor do que o carvão mineral, pois tem baixo teor de enxofre. Por conta disso, é uma das atividades econômicas mais predatórias da atualidade.

Mas isso não importa para as empresas aqui citadas. O que importa é que o gusa é bom.

Cerca de 90% do gusa produzido no Pará é exportado para os Estados Unidos.

No Brasil, o carvão vegetal é usado na produção do gusa desde o século XIX, onde cumpre duas funções. A primeira delas é como combustível para os autofornos e a segunda como agente químico para retirar o oxigênio durante o processo.

Diversas fontes consultadas estimam que, no Brasil, mais de 50% do carvão usado na produção de gusa é de origem predatória. Isso acontece porque o carvão é a matéria prima que mais pesa no custo de produção do gusa. Para baratear esse custo, as siderúrgicas compram carvão feito com madeira de desmatamento. E pagam a multa, pois sai mais barato.

Imagem da Siderúrgica Ibérica, em Marabá

FASE 5: EXPORTAÇÃO DA PRODUÇÃO

O gusa do desmatamento e do trabalho escravo entra em uma das mais importantes cadeias produtivas da economia internacional: o aço produzido nos Estados Unidos, que abastece tanto o mercado interno daquele país quanto o de países que importam mercadorias produzidas pelos norte-americanos: automóveis, eletrodomésticos, equipamentos hospitalares, armamento etc.

Ao contrário do que disse o presidente da Vale, não são os moradores da Amazônia os responsáveis pelo desmatamento. Quem se beneficiam com a devastação da Amazônia são corporações empresariais que permitem, em suas cadeias produtivas, produtos amazônicos retirados de

forma predatória.

As empresas aqui mencionadas não levam em conta, em suas planilhas, o valor dos recursos naturais. Uma empresa socialmente responsável jamais admitiria, em sua cadeia de valor, produtos obtidos de forma criminosa e ambientalmente predatória.

A justificativa de que elas não têm poder de polícia para saber quem está dentro ou fora da lei não serve nesse caso. Qualquer burocrata de formação mediana desvendaria o problema sem sair do escritório, com quatro ou cinco telefonemas.

O gusa produzido no Vale dos Carajás é predatório, usa carvão de desmatamento e de trabalho escravo. As siderúrgicas da região tem uma longa ficha criminal por agressão ao bioma. É muito conveniente transferir para o poder público uma função que

também é das empresas: fiscalizar a cadeia produtiva.

A exportação do gusa é o ato final desse teatro surreal protagonizado por grandes empresas.

As seguintes mineradoras compram o gusa produzido pelas siderúrgicas que usam carvão do desmatamento e do trabalho escravo: Gerdau, ThyssenKrupp, Kohler, Whirlpool Corp, Nucor Corporation e National Material Trading Co. São as maiores do mundo em seus setores. Dessas, uma é brasileira, a Gerdau, que compra o gusa da devastação para abastecer sua planta sediada nos Estados Unidos, a Gallantin Steel, Joint Venture entre a ArcelorMittal e a Gerdau. A reportagem tem cópias de documentos da alfândega norte-americana que comprovam a transação da Gerdau com as siderúrgicas da devastação ambiental. ■



O MERCADO CONSUMIDOR DO FERRO-GUSA

Veja em que contexto cada uma das mega siderúrgicas entram na cadeia produtiva do gusa da devastação:

NATIONAL MATERIAL TRADING CO

A NMT compra mais de 1,5 mil toneladas de ferro-gusa brasileiro por ano. Segundo o site da empresa, é a maior importadora de ferro-gusa brasileiro nos EUA. A NMT possui 15 distribuidoras na América do Norte, e é a principal fornecedora para grande indústrias e fornecedoras de grandes empresas, como Ford, General Motors e Kohler. O principal fornecedor da NMT é a Cosipar.

NUCOR CORPORATION

A Nucor é a segunda maior siderúrgica americana e uma das maiores consumidoras de ferro-gusa brasileiro. Juntamente com suas filiais, está envolvida na fabricação e venda de aço e produtos siderúrgicos na América do Norte e internacionalmente. A empresa opera através de três segmentos: Steel Mills, Steel Products, and Raw Materials, com diferentes produtos. As operações da empresa também incluem compra e venda de aço e de produtos de aço. Fundada em 1940, a empresa tem sede em Charlotte, na Carolina do Norte.

A PARTIR DESSAS DUAS COMPRADORAS DIRETAS DE FERRO-GUSA, OUTRAS EMPRESAS SÃO ENVOLVIDAS NA CADEIA, EM ESPECIAL, DO AÇO. AS PRINCIPAIS SÃO:

KOHLER:

Através da National Material Trading, compra gusa do Brasil. O material é utilizado para fazer a base de banheiras e pias para cozinha. A empresa também produz encanamentos, geradores de energia e máquinas.

INTERMET*:

Compra gusa da NTM. Com sede na cidade de Fort Worth (Texas), a empresa produz componentes automotivos utilizados em carros em todo o mundo, como chassis, suspensões, controle de freios, caixas de direção, componentes de transmissão, bombas de combustível e instrumentos de painéis. Os componentes são utilizados em diferentes automóveis, de veículos para construção e equipamentos agrícolas a caminhões pesados e carros de passeio.

THYSSENKRUPP:

Compra gusa do desmatamento para fazer peças automotivas utilizadas pelas empresas DaimlerChrysler, Ford, GM, Nissan, Toyota e Deere & Co.

WHIRLPOOL CORP:

Se tornou a maior fabricante mundial de eletrodomésticos, em 2006, após aquisição bem sucedida da Maytag. Whirlpool Corporation vende seus aparelhos na América do Norte, América Latina, Europa, África e Ásia. A empresa também vende aparelhos sob um número de marcas diferentes, incluindo KitchenAid, Bauknecht, Roper, Maytag, Magic Chef, e Amana. Produtos da Whirlpool incluem lavadoras, secadoras, geladeiras, condicionadores de ar, máquinas de lavar louça, freezers, fornos de microondas, purificadores de ar e compactadores de lixo. Em 2008, a Whirlpool informou 18,91 bilhões dólares em vendas e tinha 70.000 funcionários. Compra gusa da NMT.

* Fundada em 1971, a empresa empregava, antes da crise, cerca de 1.700 pessoas na produção de componentes de metal fundido para automóveis, veículos comerciais e mercados industriais. Foi bastante afetada pela crise financeira. Em agosto de 2008, segundo a revista Modern Casting⁷, a empresa esperava que o pedido de falência lhe permitisse continuar as operações normais enquanto reorganizava sua estrutura financeira e operacional. Os recursos que viriam através desse pedido seriam necessários para manter a produção ininterrupta. Em 6 de janeiro de 2010, segundo o jornal Crain's Detroit Business, a empresa fechou as duas últimas unidades de fundição, pedindo falência total para liquidar suas dívidas.

As peças fabricadas pela empresa eram vendidas para grandes montadoras, como Toyota, Nissan, General Motors e Ford.

IRMÃ DOROTHY

Até quando o esquema que assassinou
a freira continuará impune?



Uma parte dos envolvidos nas fraudes na Sudam e no consórcio do carvão ilegal financiou o assassinato da freira Dorothy Stang, morta em Anapu com seis tiros, em 2005. Os elos entre a máfia da Sudam e a morte da freira são Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão e Délio Fernandes, um dos chefes da Máfia da Sudam. Eles aparecem tanto na investigação da máfia da Sudam quanto na da morte da freira.

Taradão foi citado, em cinco inquéritos, como sendo o braço direito de Jader Barbalho nos desvios de dinheiro dos projetos. Já na investigação do assassinato de Dorothy, a apuração liga Taradão a Viltamiro Moura, o Bida, mandante do crime. Já Délio Fernandes recebeu em sua casa Bida, meia hora após a freira ter sido morta. Da casa de Délio, Bida pediu a mulher, por telefone, que mandasse um carro buscá-lo o quanto antes.

Além disso, em um bilhete ditado por Bida, ele próprio confirma a existência de um consórcio envolvido no financiamento dos pistoleiros que mataram a freira. Esse bilhete é uma das principais provas contra ele. A partir dessa prova, a investigação levou ao consórcio que financiou a morte de Dorothy, onde aparecem nomes ligados a Máfia da Sudam, ao assassinato da freira e ao consórcio que vende, para a indústria do aço, carvão de desmatamento e de trabalho escravo.

É nesse cenário de crime organizado, assassinatos e desvio de dinheiro público que as gigantes do setor siderúrgico obtém o carvão, matéria prima fundamental para a produção de aço para os mais variados fins.

No Pará, a lógica é mais ou menos a seguinte: eu faço de conta que não faço e você faz de conta que não vê que eu realmente faço. O crime organizado do

desmatamento e da produção de carvão ilegal só existe porque compradores coniventes se relacionam com cadeias produtivas predatórias, criminosas e sujas de sangue.

Faz muitos anos que as siderúrgicas usam o discurso que agora vão mudar, que não são mais como eram, que são sustentáveis e socialmente responsáveis. A questão é que o discurso não transpôs a fronteira entre a intenção e a prática. E as coisas só vão mudar quando as gigantes do setor pararem de tapar o sol com a peneira e não admitirem, em nenhuma hipótese, que seus processos produtivos financiem o desmatamento, o trabalho escravo e a corrupção de funcionários públicos. Por enquanto, nada mudou na produção siderúrgica na Amazônia, apesar de todas as boas intenções e das cartas compromissos assinadas com o governo e com a sociedade.

O SANGUE DE DOROTHY FOI DERRAMANDO EM VÃO?

O homem que puxou o gatilho e o fazendeiro diretamente interessado na morte de irmã Dorothy Stang foram condenados. A estrutura criminosa que executou a irmã, contudo, segue intocada no interior do Pará.

Dorothy foi assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005 em Anapu, uma das regiões mais violentas do país. A região é controlada pelo grupo de Laudelino Délio Fernandes, um dos chefes da Máfia da Sudam e o coordenador do consórcio criminoso que fornece carvão do desmatamento e do trabalho escravo para a indústria do aço.

Dois pistoleiros, um intermediário e o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, foram julgados e condenados. O fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, também acusado de ser um dos mandantes, segue em liberdade.

A estrutura criminosa que eliminou Dorothy está acima de Bida e de Taradão. A morte da freira tem conexões diretas, como mostra a reportagem, com a Máfia da Sudam e

com a devastação de madeira para abastecer a siderurgia.

O problema só vai ser resolvido quando o Governo Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário decidirem levar adiante a investigação sobre a Máfia da Sudam, que desviou R\$ 132 milhões que deveriam ser aplicados no desenvolvimento sustentado da Amazônia. Jader Barbalho e Roseana Sarney, que “caíram” no início das investigações, em 2002, conseguiram abafar a apuração. A lista de políticos envolvidos no esquema e que não apareceram no início da investigação, é bem maior. Os órgãos de investigação do governo federal têm documentos que envolvem tubarões da política nacional, caciques que hoje ajudam a sustentar a estrutura política do governo e que tem força suficiente para evitar qualquer iniciativa de desengavetar o inquérito.

Em Anapu, onde Dorothy foi assassinada, nada mudou até agora. A devastação ambiental, a grilagem de terras e a pistolagem continuam. Laudelino Délio Fernandes e seus cúmplices são intocáveis. “Não são os pobres colonos sem dinheiro que estão desmatando a região. É um grupo de pessoas bem organizadas”, diz o coordenador do INCRA na região, Antônio Ferreira.

Em Anapu, as pessoas de bem têm medo de sair de casa, de falar, de denunciar. O que vale aqui é o grito da pistola e da impunidade. O poder de políticos irresponsáveis e de grupos armados fala mais alto por aqui. A conjuntura conspira contra as famílias que lutam pela garantia dos seus direitos.

Será que o sangue de Dorothy Stang foi derramado em vão? Será que os grupos criminosos que mandam nessa região da Amazônia vão vencer a luta contra os direitos humanos e contra a Justiça? Até quando mafiosos e assassinos de colarinho branco terão poder para engavetar inquéritos e decidir os rumos da política ambiental da Amazônia? São perguntas, por enquanto, sem respostas. ■

Retrato da Irmã Dorothy feito com carvão.

O MERCADO DO FERRO-GUSA

Entenda a importância da principal matéria-prima utilizada na produção do aço

O gusa é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário num alto forno. O gusa normalmente contém até 5% de carbono, o que faz com que seja um material quebradiço e sem grande uso direto.

Geralmente nos processos industriais, o ferro-gusa é considerado como uma liga de ferro e carbono, contendo de 4 a 4,5% de carbono e outros elementos ditos residuais como por exemplo: silício, manganês, fósforo e enxofre, dentre outros.

O gusa é vertido diretamente a partir do cadinho do alto forno para contentores para formar lingotes, ou usado diretamente no estado líquido em aciarias. Os lingotes são então usados para produzir ferro fundido e aço, ao extrair-se o carbono em excesso.

O carvão vegetal é usado preponderantemente na produção de ferro-gusa e cumpre duas funções: como combustível para gerar o calor necessário à operação do alto-forno da siderúrgica e como agente químico para retirar o oxigênio durante o processo.

As vantagens da utilização do carvão vegetal em relação ao carvão mineral são: maior reatividade, maior pureza e menor teor de enxofre. No aspecto ambiental, o carvão vegetal tem a vantagem de liberar oxigênio e emitir menos CO₂ para a atmosfera. O carvão mineral emite quase duas toneladas de CO₂ para a atmosfera para cada tonelada de aço produzida.

Outras vantagens consideradas pelo setor são: o grande número de pessoas pouco qualificadas envolvidas na atividade do carvão e a geração de

renda em regiões onde as alternativas de emprego não são particularmente favoráveis ao trabalhador.

O ferro-gusa produzido no Pará é a matéria-prima para a produção de aço e de peças fundidas, em especial auto-peças.

O FERRO-GUSA NA AMAZÔNIA

A produção de ferro-gusa tendo o carvão vegetal como insumo energético e redutor inicia-se no século XIX e consolida-se nos anos 1930. Mesmo com o surgimento e a expansão da siderurgia a coque metalúrgico a produção guseira a partir do carvão vegetal continuou ocupando um importante espaço na siderurgia brasileira.

O desenvolvimento dessa produção baseou-se no estabelecimento de um sistema produtivo marcado pela

Gráfico 1: Quantidade de Ferro-gusa exportada (Pará e Maranhão) - 1990 a 2008

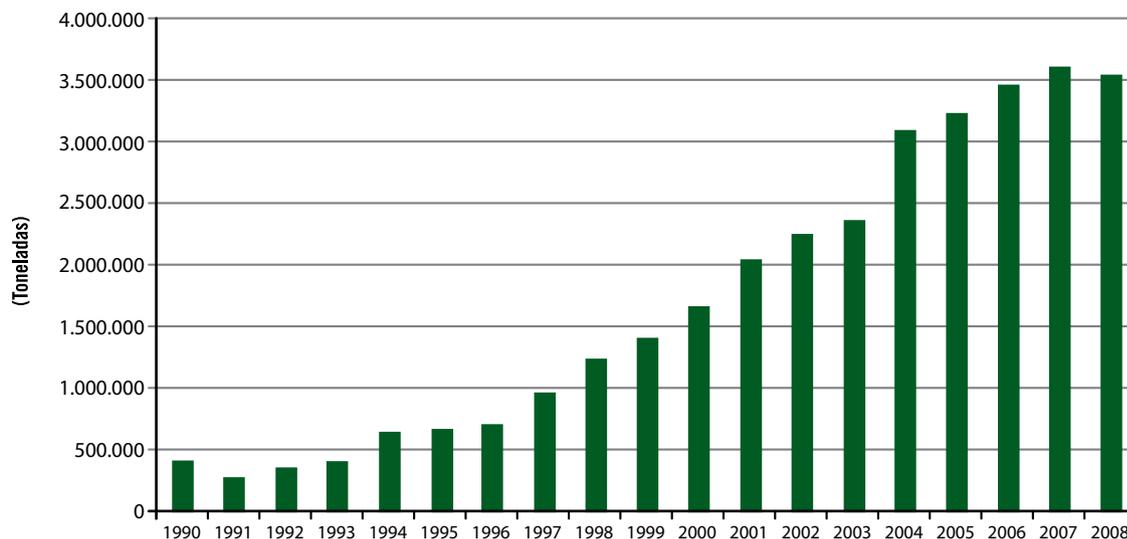
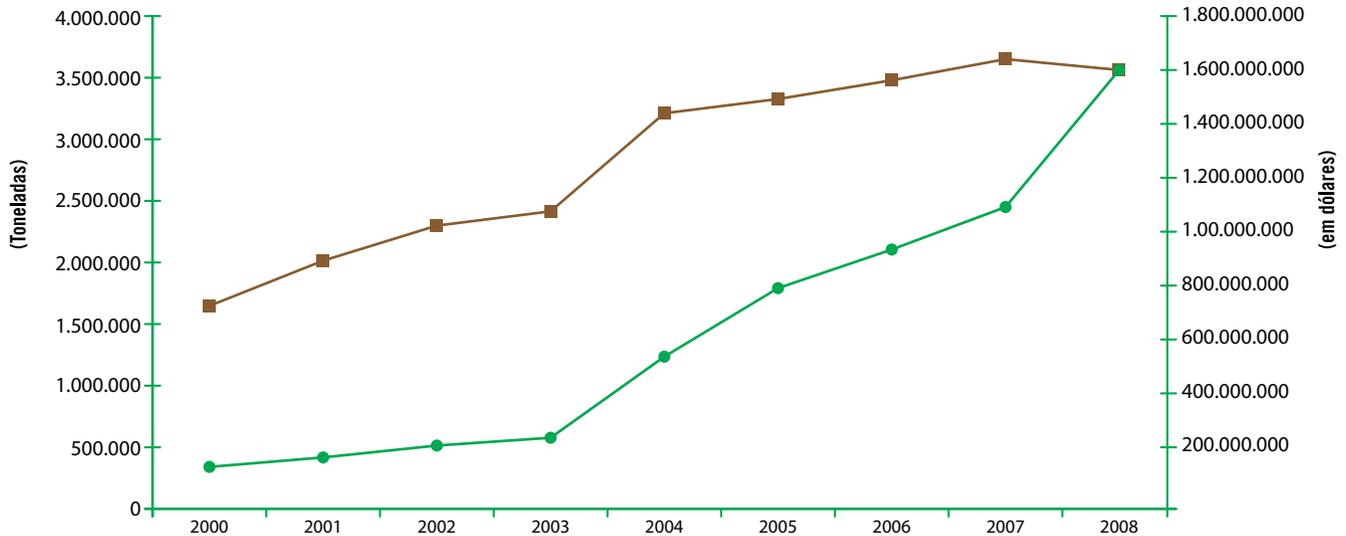


Gráfico 2: Evolução do valor e da quantidade de ferro-gusa exportada - 2000 a 2008



coexistência de dois tipos de produtores de ferro-gusa: produtores integrados, e os produtores independentes. Os integrados fabricam ferro-gusa em unidades siderúrgicas de maior porte, que incluem a produção de aço e outros produtos mais elaborados. As unidades independentes caracterizam-se pela produção exclusiva do ferro-gusa, vendendo-a em seguida para fundições e aciarias.

Nos últimos anos, entre os produtores integrados identifica-se uma diminuição progressiva da utilização de carvão vegetal na produção do ferro-gusa, passando para o coque metalúrgico. O mesmo não ocorre entre os produtores independentes, que continuam mantendo o carvão vegetal como insumo produtivo.

Até o final de 1980 a produção de ferro-gusa com utilização de carvão vegetal estava concentrada quase que exclusivamente em Minas Gerais. Somente na década seguinte que houve um deslocamento regional importante, com o surgimento das primeiras unidades fabris na Amazônia Oriental, nos municípios de Açailândia/MA (Viena Siderúrgica e Cia. Vale do Pindaré) e Marabá/PA (Cosipar e Simara).

O deslocamento da produção guseira nesse período está relacionado com a concessão de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM, oferecidos pelo governo federal no âmbito do denominado “Programa Grande Carajás”, e da construção, por parte da Cia.

Vale do Rio Doce, de infra-estrutura para o escoamento do minério de ferro da mina de Carajás através de uma ferrovia e do porto de Ponta da Madeira em São Luis/MA.

HISTÓRICO ECONÔMICO PRÉ-CRISE

Embora com um início tímido, em 1990 representava menos de 5% da produção total do país, a produção guseira a partir da Amazônia Oriental vem aumentando progressivamente sua participação no conjunto da produção siderúrgica a carvão vegetal no Brasil, fechando o ano de 2008 com mais de 3,5 milhões de toneladas exportadas.

O cruzamento da quantidade com o valor exportado entre 2000 e 2008, conforme gráfico acima, demonstra que enquanto o volume do ferro-gusa exportado (medido em toneladas) duplica nesse período, o valor das exportações de ferro-gusa (medidas em dólares) quase decuplica, passando de cerca de

US\$ 165 milhões em 2000, para US\$ 1,5 bilhão em 2008. Este crescimento tornou-se possível pelo salto do preço médio do ferro-gusa exportado, que passou de US\$ 99,6/ton para US\$ 445,6/ton no mesmo período.

A evolução do preço do ferro-gusa acompanhou o movimento verificado nos preços das commodities minerais, motivados pelo crescimento da demanda chinesa e indiana sobre o mercado mundial de produtos siderúrgicos. Isto permitiu às empresas produtoras de ferro-gusa localizadas no Pará e Maranhão, a obtenção de resultados excepcionais, permitindo que a maioria delas realizassem investimentos em aquisição de terras e de modernização das relações de trabalho no suprimento de carvão vegetal.

Outro aspecto que chama a atenção na leitura dos dados é o fato de que os efeitos da crise econômica não afetaram as exportações de ferro-gusa em termos do valor exportado até o final de 2008. Uma pequena redução na quantidade exportada (de pouco mais de 67 mil toneladas) foi mais do que compensada pelo valor exportado, com um aumento de cerca de 498 milhões de dólares quando comparado ao ano anterior. ■



PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA NO PARÁ EM 2011

As expectativas do governo do Pará para 2011 são otimistas. Em 2010, o Estado superou a crise de 2009, que afetou de forma intensa o setor de siderurgia e já fala em grandes investimentos para 2011, o que certamente aumentará a pressão sobre o bioma.

O último boletim de conjuntura publicado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp) aponta investimentos para as áreas de siderurgia e mineração. O ponto forte é a construção do parque siderúrgico, em Marabá.

“Entre as obras públicas (obras do PAC Federal e do PAC Estadual) e investimentos privados, a previsão é que o total dos investimentos no Estado do Pará alcance US\$ 52,8 bilhões no período 2010-2014, o que indica boa perspectiva de geração de emprego e renda para a população paraense”, ressalta o estudo.

Segundo dados da CNI – Confederação Nacional da Indústria, a perspectiva é de melhoria no resultado da balança comercial. Mesmo com oscilações, a linha de tendência das exportações em 2009 apresentou inclinação positiva considerável em virtude do crescimento médio das exportações e o ritmo decrescente das importações.

O aumento desse gap entre exportação e importação resultou em aumento do saldo comercial em 2010, indicando a retomada da economia.

Para 2011, o cenário é de otimismo. Do lado das exportações, os sinais de melhora apresentados pela economia mundial aumenta a perspectiva de maior demanda por produtos paraenses, principalmente aqueles ligados à mineração e a siderurgia. A China – o principal parceiro comercial, por exemplo, tem previsão de crescimento de mais de 8% em 2011, de acordo com estimativas do Banco Mundial.

A previsão de crescimento da economia mundial, com destaque para a China, certamente será benéfica para um aumento gradativo do saldo na balança comercial do Pará, considerando que a demanda chinesa por produtos oriundos do Pará acompanhe seu crescimento e que as importações do Pará permaneçam com a característica moderada (baixa) apresentada nos últimos anos.

O problema, obviamente, é a sustentabilidade ambiental. O Pará cresce na medida em que seu bioma é devastado por cadeias produtivas que não levam em conta a legislação ambiental e o custo econômico, a longo prazo, da atividade predatória. ■





REALIZAÇÃO:



INSTITUTO
OBSERVATÓRIO
SOCIAL

APOIO:

